

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS/GV
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO

DANIEL FERREIRA MARTINS

Estudo de Caso da Política Pública do Orçamento Participativo em Ipatinga-MG

Governador Valadares 2024
DANIEL FERREIRA MARTINS

Estudo de Caso da Política Pública do Orçamento Participativo em Ipatinga-MG

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao Instituto de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal de Juiz de Fora – *Campus GV*, como requisito parcial à obtenção do grau de bacharel em Administração.

Orientadora: Professora Nathalia Carvalho Moreira

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS/GV
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO

Termo de Declaração de Autenticidade de Autoria

Declaro, sob as penas da lei e para os devidos fins, junto à Universidade Federal de Juiz de Fora, que meu Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) é original, de minha única e exclusiva autoria e não se trata de cópia integral ou parcial de textos e trabalhos de autoria de outrem, seja em formato de papel, eletrônico, digital, audiovisual ou qualquer outro meio.

Declaro ainda ter total conhecimento e compreensão do que é considerado plágio, não apenas a cópia integral do trabalho, mas também parte dele, inclusive de artigos e/ou parágrafos, sem citação do autor ou de sua fonte. Declaro por fim, ter total conhecimento e compreensão das punições decorrentes da prática de plágio, através das sanções civis previstas na lei do direito autoral¹ e criminais previstas no Código Penal², além das cominações administrativas e acadêmicas que poderão resultar em reprovação no TCC.

Governador Valadares, 18 de dezembro de 2024.

Daniel Ferreira Martins

¹ LEI Nº 9.610, DE 19 DE FEVEREIRO DE 1998. Altera, atualiza e consolida a legislação sobre direitos autorais e dá outras providências. ²

Art. 184. Violar direitos de autor e os que lhe são conexos: Pena – detenção, de 3 (três) meses a 1 (um) ano, ou multa.

Dedico este trabalho ao meu amado primo

Henrique Campos Ferreira.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus por nunca me desamparar, mesmos nos momentos de dificuldade. Aos meus pais, Márcio e Waleska, por nunca medirem esforços para que eu pudesse realizar todos os meus sonhos, por todo amor e carinho e por serem minha base todos os dias de minha vida. Aos meus queridos irmãos, André e João Vitor, por toda cumplicidade, amizade, camaradagem, além de serem meu porto seguro quando mais precisei. Aos meus finados avós, Maria Adélia, Nelita, Juarez e João, por em vida, me ensinarem a ser alguém melhor e todo os meus valores.

Aos meus grandes amigos, sou eternamente grato por sempre me auxiliarem, além de deixarem tudo mais leve.

Agradeço a todos os meus professores, por serem parte essencial do profissional que irei me tornar, por todos os ensinamentos, lições, trocar de conhecimento e momentos de descontração, levarei vocês eternamente comigo.

Nathalia, minha orientadora e professora, por me despertar o gosto pela área da Administração Pública, por todas as conversas e por me mostrar que a graduação tem tudo para ser um momento leve.

Por fim, agradeço a tudo aquilo que me fez chegar até aqui, me fortalecendo para querer ser alguém melhor a cada dia. Esse trabalho mostrará tudo aquilo que fiz durante esses anos e é uma forma de agradecimento!

LISTA DE IMAGENS

Imagem 1- Gráfico sobre o crescimento do orçamento participativo ao longo dos anos

Imagem 2- Assembleia na cidade de Ipatinga-MG

Imagem 3- Gráfico sobre os participantes do Orçamento

Imagem 4- Gráfico expondo a participação popular no OP em Ipatinga-MG

SUMÁRIO Sumário

1. Resumo do Caso	8
1. 1. Orçamento Participativo no Brasil	9
1.2. O Processo em Ipatinga	11
1.3. Educação e Orçamento Participativo	13
1.4. Comparativo: Ipatinga e Porto Alegre	15
2. Análise e Discussão dos Resultados	17
3. Conclusão	21
4. Referências	23

Resumo do caso

O Orçamento Participativo (OP) no Brasil, com destaque histórico para o caso de Porto Alegre (RS) na década de 1980, tem como pressuposto, permitir que os cidadãos influenciem diretamente as decisões orçamentárias municipais. Em Ipatinga (MG), o OP foi implementado em 1989 e ampliado em 1996, alcançando cerca de 50% dos novos investimentos de capital decididos por delegados do OP. Desde 2001, a cidade tem integrado a participação digital, permitindo aos moradores sugerirem e acompanhar obras online. Em 2013, o OP foi estendido às escolas, promovendo autonomia financeira e participação cívica entre alunos, pais e professores. Embora o modelo tenha mostrado avanços significativos em engajamento e transparência, desafios como a avaliação e monitoramento contínuo permanecem. Neste contexto, este trabalho pretende descrever o caso do município de Ipatinga (MG) em relação ao histórico, contexto e desafios em relação ao tema na Administração Pública.

Palavras-chave: Orçamento Participativo, Porto Alegre, Ipatinga, participação cidadã, transparência.

Abstract

Participatory Budgeting (PB) in Brazil, initiated in Porto Alegre in the 1980s, allows citizens to directly influence municipal budget decisions. In Ipatinga, PB was implemented in 1989 and expanded in 1996, with about 50% of new capital investments decided by PB delegates. Since 2001, the city has integrated digital participation, enabling residents to suggest and track projects online. In 2013, PB was extended to schools, promoting financial autonomy and civic engagement among students, parents, and teachers. Although the model has shown significant progress in engagement and transparency, challenges such as ongoing evaluation and monitoring remain.

Keywords: Participatory Budgeting, Porto Alegre, Ipatinga, citizen participation, transparency.

2. Introdução

Esse trabalho busca detalhar a política do Orçamento participativo, na cidade de Ipatinga. Localizada no Leste de Minas Gerais, Ipatinga é uma cidade considerada jovem, com 60 anos. Pertencente ao Vale do Aço, a cidade tem como ponto principal da economia, a Usiminas, um dos motivos que fizeram com que o município fosse fundado. Com pouco mais de 235 mil habitantes, Ipatinga é considerado o décimo primeiro município mais populoso do estado.

Objetivos Educacionais

Os objetivos do caso estudado sobre o Orçamento Participativo em Ipatinga foram: promover a participação cidadã na gestão dos recursos públicos, fortalecer a autonomia das escolas na alocação de orçamento, incentivar o engajamento cívico entre estudantes, pais e professores, e melhorar a transparência e o acompanhamento das decisões orçamentárias. A finalidade do estudo é demonstrar como o OP pode transformar a administração pública e educacional, promovendo uma gestão mais participativa e transparente.

3. Orçamento Participativo

No final da década de 1980, o Brasil experimentou um momento crucial para o avanço das políticas públicas, com a introdução de práticas inovadoras que fortaleceram as organizações civis e promoviam maior engajamento da população. Dentre essas práticas, destaca-se o Orçamento Participativo (OP), uma política que se distingue por permitir a participação direta da cidadania nas decisões relacionadas aos orçamentos públicos. O programa de Orçamento

Participativo no Brasil representa uma instituição participativa de ampla abrangência, cuja criação contou com a iniciativa tanto de governos municipais quanto de ativistas da sociedade civil. O objetivo era estabelecer processos orçamentários transparentes e acessíveis, possibilitando aos cidadãos uma influência direta na definição das prioridades e resultados das políticas públicas (ABERS, 2000; BAIOCCHI, 2005; AVRITZER, 2002).

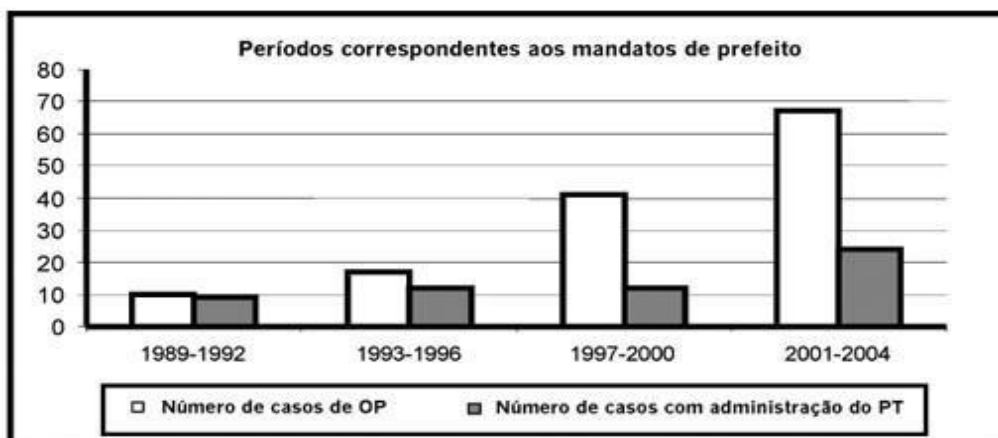
A transição para a democracia no Brasil, que se consolidou ao longo da década de 1980, foi acompanhada por um processo de descentralização de autoridade e recursos em favor de estados e municípios. Esse contexto conferiu às prefeituras a flexibilidade necessária para experimentar novas formas institucionais (MONTERO e SAMUELS, 2004). O Orçamento Participativo ganhou destaque inicialmente em Porto Alegre, sob a administração do Partido dos Trabalhadores (PT), e rapidamente se expandiu para outras cidades como Belo Horizonte, São Paulo e Recife. Por volta de 2001, quase metade dos programas de OP já haviam sido adotados por administrações de diferentes orientações partidárias, evidenciando a abrangência e o impacto dessa política pública inovadora.

No artigo de Carolina Johnson (2017), intitulado "An Examination of Participatory Budgeting Outcomes", a autora analisa o impacto do orçamento participativo (OP) como uma inovação democrática. Johnson explora como o OP, uma ferramenta crescente de engajamento cívico, busca revitalizar o interesse público e melhorar a qualidade da governança democrática. Apesar do crescimento do OP, a avaliação sistemática dos seus efeitos ainda é incipiente. O estudo investiga como o OP pode renovar práticas democráticas locais, focando em quatro casos distintos. A pesquisa inclui uma análise teórica das instituições de OP, seguida por uma avaliação qualitativa baseada em entrevistas e observações. Os resultados revelam variações significativas nos impactos do OP, com alguns casos mostrando melhorias nas relações comunitárias e outros não tendo efeitos significativos. Johnson também realiza uma análise comparativa com comunidades que não implementaram OP, observando impactos no comportamento cívico e na cultura política. O artigo conclui com uma reflexão sobre as tensões entre inovação e institucionalização do OP.

O processo de Implementação do Orçamento Participativo

Através de assembleias com o prefeito, é apresentado aos representantes da cidade o que foi feito, utilizando um comparativo com o antes e depois de determinado investimento. Além disso, são debatidos os próximos planos de se utilizar o orçamento. Logo em seguida, os delegados locais e setoriais, que são escolhidos através de critérios ou regras já estabelecidas pelo município, se reúnem com a comunidade para debater se os projetos sugeridos pela prefeitura serão executados. Após essa reunião, o Comitê do Orçamento Participativo entrega ao prefeito a lista de prioridades definidos através da população. Um passo importantíssimo, é o desenho da matriz orçamentária, em que o município, juntamente com o Comitê, criam um plano de investimento que é compartilhado com toda a população, para que assim, todos possam acompanhar e monitorar o cumprimento de tudo que foi acordado. Por fim, é necessário que se avalie o processo, indicar a necessidade de novas regras, quais os planos pros próximos investimentos e assim, sempre buscar melhorar o processo.

Gráfico 1. Adoção do Orçamento Participativo, 1989-2004
Municípios com mais de 100.000 habitantes



Brian Wampler - A difusão do Orçamento Participativo brasileiro: "boas práticas" devem ser promovidas?

Após analisar o gráfico, fica evidente o processo acelerado ao longo dos anos, das cidades que começaram a utilizar o OP, juntamente com o crescimento da política em municípios que não eram administrados pelo PT, evidenciando assim, que o processo se tornou um sucesso.

Em Ipatinga

Após as eleições de 1988, na qual o governo do PT foi eleito na cidade de Ipatinga, com o prefeito Chico Ferramenta, juntamente com seu vice João Magno, no ano de 1989 foi implementado o orçamento participativo.

Na cidade, iniciou-se uma versão mais modesta do programa, visando um crescimento maior, houve uma ampliação em 1996, com o intuito de se aproximar da versão pioneira, em Porto Alegre.

O percentual dos fundos de novos investimentos de capital que o governo coloca à disposição das decisões dos cidadãos é outra forma de demonstrar o grau em que as administrações delegam a estes, sua autoridade. Quanto maior a proporção de recursos delegados diretamente aos cidadãos, tanto maior sua autoridade nos processos decisórios.

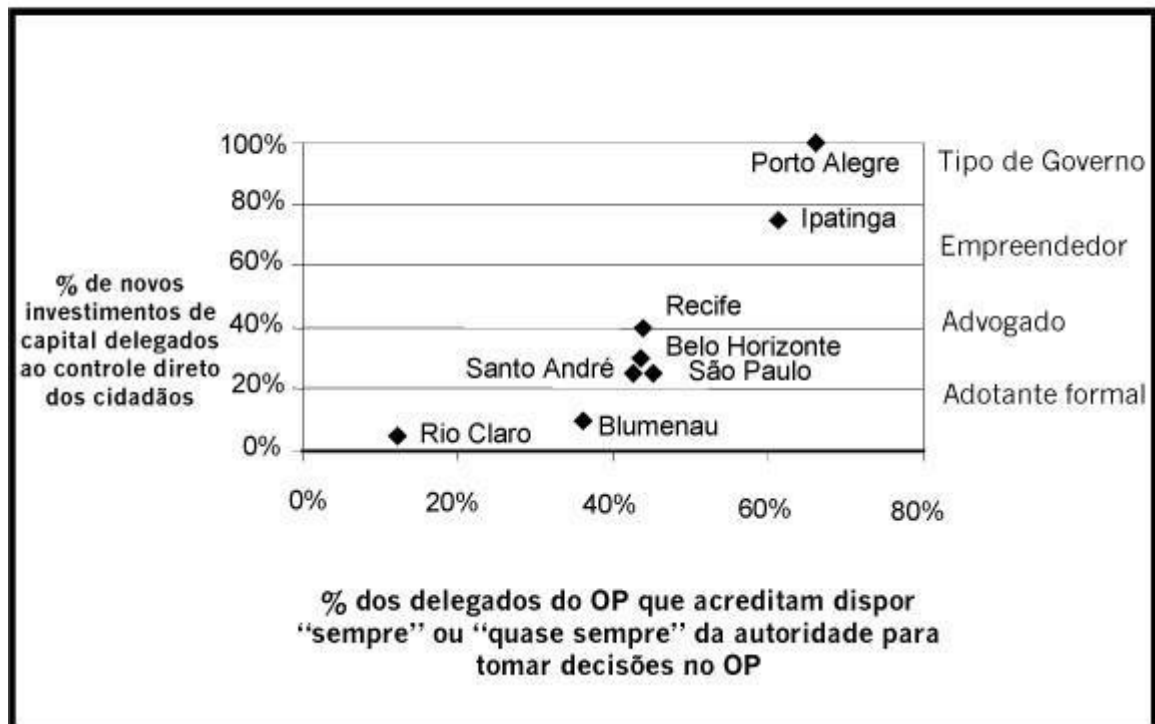
Em Ipatinga, os fundos de novos investimentos de capital tiveram sua aplicação decidida por delegados do OP, esse índice chegou a 50%. Ademais, a administração municipal pleiteava anualmente fundos estaduais e federais para suplementar os fundos de novos investimentos de capital, o que significa que cerca de 75% desses fundos foram decididos no âmbito do programa.



Assembleia do Orçamento Participativo (Ipatinga-MG, data desconhecida). / Crédito: Henrique Kuhne.- Jornal Brasil Agora

A participação da comunidade no processo do Orçamento Participativo Interativo em Ipatinga, tem crescido a cada ano, desde a sua implantação em 2001. Há mais de três anos, com a ajuda da Internet, a população pode indicar onde e quais são as obras prioritárias para a cidade. Mais do que isso, os moradores podem conferir, através de fotos na Internet, como está a execução de cada obra. O site do Orçamento Participativo tem como objetivo, confirmar a importância da participação popular no processo democrático e promover a inclusão digital. Além de ouvir a comunidade na escolha de obras e destacar a transparência da administração municipal. É mais um canal de comunicação que tem atraído um novo público para a discussão do orçamento municipal. A experiência permite também que muitas pessoas tenham contato com a Internet pela primeira vez.

Gráfico 2. Orçamento Participativo: padrões correlatos de gastos e atitudes dos cidadãos para explicar resultados de políticas



Brian Wampler - A difusão do Orçamento Participativo brasileiro: "boas práticas" devem ser promovidas?

Fica evidente, que dentre várias cidades, Ipatinga se mostrou com alto índice de investimentos realizados através do Orçamento Participativo, deixando claro que a população além de aderir a ideia, se mostrou participativa e engajada na melhoria do município.

Educação

No ano de 2013, houve a implementação do sistema orçamentário, na rede de educação do município. A proposta visou possibilitar que cada instituição educacional conduza sua própria consulta ao debater o orçamento. Com esse intuito, cada unidade começou a dar mais autonomia à sua comunidade escolar, considerando suas prioridades financeiras, o que incluiu a implementação de mecanismos democráticos para estabelecer um método de decisão coletiva. Dessa maneira, anualmente, as escolas identificam suas prioridades para a alocação do orçamento por meio de um processo regulado pela Secretaria Municipal de Educação. A partir da abertura desse regulamento, cada unidade escolar inicia um processo próprio, visando diagnosticar suas necessidades, eleger suas prioridades e indicar possíveis ajustes no orçamento. Esse período é conhecido como 'ciclo de participação no orçamento', sendo que o território de Ipatinga já está no segundo ciclo. O trabalho segmenta a rede pública em áreas regionais; um total de sete, cada uma responsável por dar seguimento às prioridades estabelecidas pelas escolas.

Os estudantes são incentivados a avaliar o ambiente escolar e identificar prioridades financeiras em cada unidade; estas são determinadas em reuniões escolares que contam com a participação de outros profissionais da escola, membros da família e da comunidade local. As escolas são instruídas a selecionar duas prioridades, que são então apresentadas pelas áreas regionais na assembleia final, conhecida como plenária municipal. Nessa ocasião, geralmente realizada por volta de outubro de cada ano, também é escolhido democraticamente um representante, responsável por supervisionar as intervenções escolhidas; essa figura pode ser um membro da família ou até mesmo um estudante, desde que acompanhado por um adulto. Durante a plenária final, as demandas são debatidas em conjunto, considerando a viabilidade técnica e financeira. Algumas situações identificadas por algumas unidades podem exigir estudos mais aprofundados, como a construção de salas adicionais ou a instalação de sistemas de climatização, demandando análises técnicas de engenharia que não podem ser resolvidas imediatamente.

Simultaneamente, há um programa de capacitação para os professores das escolas, visando integrar temas como democracia, participação cívica, orçamento participativo e promover a abertura das escolas para a comunidade local. Como muitas escolas ainda resistem a esse diálogo, a secretaria opta por estipular uma participação mínima por grupo - professores, gestores, funcionários administrativos, familiares - em instâncias participativas. Segundo a equipe da Secretaria de Educação, a ideia é capacitar a escola e a comunidade para assumirem um papel ativo na vida escolar e nas decisões. O modelo de orçamento participativo também inclui assembleias semestrais para prestar contas. O objetivo é apresentar as decisões coletivas tomadas e destacar os resultados, como intervenções estruturais ou mudanças pedagógicas. Essas reuniões são realizadas nas escolas, que são o centro de todo o processo. A Secretaria apoia esses momentos, fornecendo transporte para os participantes até a unidade escolar escolhida. De acordo com a equipe gestora, é uma oportunidade para a comunidade conhecer os espaços escolares e entender melhor o projeto pedagógico em curso.

O orçamento participativo é visto como um canal adicional de democratização e, para a Secretaria Municipal, é crucial para que a comunidade assuma responsabilidades na área da educação. Observa-se um maior engajamento dos alunos, profissionais e comunidade em geral na vida escolar, pois agora têm a oportunidade de participar das decisões e acompanhar seu desenrolar. As escolas passaram a atuar de forma diferente dentro da rede. Em algumas plenárias da cidade, houve casos em que uma escola priorizou as necessidades de outra, abrindo mão das suas próprias prioridades. O orçamento participativo considera cada escola como uma unidade executora e, desde sua implementação, aumentou o investimento na educação, devido ao fato de

que anteriormente os recursos eram alocados com base na estrutura das escolas. Com a inclusão de verbas para os projetos pedagógicos, houve um repasse de R\$8,6 milhões este ano, um aumento de 650% em relação aos R\$1,200 milhão de 2012.

Comparativo Ipatinga x Porto Alegre

Porto Alegre é considerada a cidade brasileira de maior sucesso na política do Orçamento Participativo, além de ser o primeiro município a aderir essa gestão. A capital gaúcha é dividida em 17 regiões:

Região	Bairros
Humaitá/Navegantes	Anchieta, Farrapos, Humaitá, Navegantes e São Geraldo;
Noroeste	Boa Vista, Cristo Redentor, Higienópolis, Jardim Europa, Jardim Floresta, Jardim Lindóia, Jardim São Pedro, Passo da Areia, Santa Maria Goretti, São João, São Sebastião e Vila Ipiranga;
Leste	Bom Jesus, Chácara das Pedras, Jardim Carvalho, Jardim do Salso, Jardim Sabará, Morro Santana, Três Figueiras e Vila Jardim;
Lomba Do Pinheiro	Agronomia e Lomba do Pinheiro;
Norte	Sarandi e Santa Rosa de Lima;
Nordeste	Mário Quintana;
Partenon	Coronel Aparício Borges, Partenon, Santo Antônio, São José e Vila João Pessoa;
Restinga	Pitinga e Restinga;
Glória	Belém Velho, Cascata e Glória;
Cruzeiro	Medianeira e Santa Tereza;
Cristal	Cristal;
Centro-sul	Camaquã, Campo Novo, Cavalhada, Nonoai, Teresópolis e Vila Nova;
Extremo Sul	Belém Novo, Boa Vista do Sul, Chapéu do Sol, Extrema, Lageado, Lami, Ponta Grossa e São Caetano;
Eixo Baltazar	Costa e Silva, Jardim Itu, Jardim Leopoldina, Parque Santa Fé, Passo Das Pedras e Rubem Berta;
Sul	Aberta dos Morros, Espírito Santo, Guarujá, Hípica, Ipanema, Jardim Isabel, Pedra Redonda, Serraria, Sétimo Céu, Tristeza, Vila Assunção e Vila Conceição;

Centro	Auxiliadora, Azenha, Bela Vista, Bom Fim, Centro Histórico, Cidade Baixa, Farroupilha, Floresta, Independência, Jardim Botânico, Menino Deus, Moinhos de Vento, Montserrat, Petrópolis, Praia de Belas, Rio Branco, Santa Cecília e Santana;
Ilhas	Arquipélago (Ilha das Flores, da Pintada, do Pavão e Ilha Grande dos Marinheiros).

Fonte: Wikipédia

2024

Em Ipatinga, existem nove regiões:

Regional	Bairros
Regional I	Cariru, Castelo, das Águas e Vila Ipanema;
Regional II	Bela Vista, Bom Retiro, Imbaúbas e Horto;
Regional III	Ferroviários, Ideal, Iguaçu, Cidade Nobre;
Regional IV	Caravelas, Centro, Jardim Panorama, Novo Cruzeiro e Veneza I e II;
Regional V	Canaã, Vila Celeste e Forquilha/Chácaras Oliveira;
Regional VI	Bethânia e Granjas Vagalume;
Regional VII	Esperança e Bom Jardim;
Regional VIII	Limoeiro, Chácaras Madalena, Barra Alegre, Córrego Novo e Vila Formosa;
Regional IX	Pedra Branca, Tribuna, Ipaneminha, Estrada da Bucânia, Córrego dos Lúcios, Taúbas, Morro Escuro, Ipanemão e Córrego dos Becas.

Fonte: Wikipédia

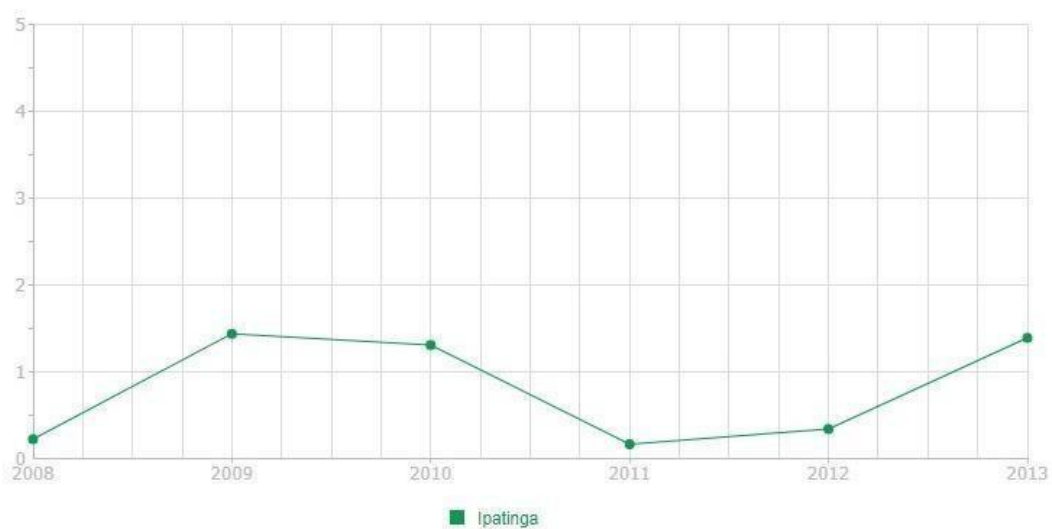
2024

Analisando as duas tabelas, percebemos que Porto Alegre, até mesmo pela sua extensão territorial, possui mais regiões. A população sempre se mostrou engajada, assim como em Ipatinga. Porto Alegre sempre foi uma cidade espelho para as outras, em relação ao OP, sempre bem evidenciado e estudado por outras prefeituras. Isso ocorre devido ao fato de o município gaúcho ter sido o pioneiro nessa política pública, tendo como ajuda, um alto investimento e voz ativa da população. Ipatinga, mesmo sendo uma cidade menor, logo após, buscou entender e implementar essa inovação, gerando melhorias visíveis rapidamente na cidade e satisfação do povo.

Período	Participação Popular na elaboração do Orçamento Participativo.	População total	Valor da Fórmula
2008	525	241.720	0,2172
2009	3.500	244.508	1,4314
2010	3.112	239.468	1,2995
2011	384	241.539	0,159
2012	813	243.541	0,3338
2013	3.501	253.098	1,3833

Gráfico de Ipatinga

[comparar com outras cidades](#)



Outra divisão dentro do orçamento, são as temáticas, nas quais são 6, sendo elas:

- Temática Educação Esporte e Lazer
- Temática Circulação, Transporte e Mobilidade Urbana
- Temática Habitação, Organização da Cidade, Desenvolvimento Urbano e Ambiental
- Temática Desenvolvimento Econômico Tributação, Turismo e Trabalho
- Temática Cultura e Juventude
- Temática Saúde e Assistência Social

Porto Alegre tem uma experiência mais consolidada e longa com o Orçamento Participativo, servindo como um modelo para outras cidades. Ipatinga, por outro lado, está em uma fase mais recente de adoção e adaptação, o que pode refletir uma abordagem diferente na implementação e nos resultados observados.

Porto Alegre é reconhecida por seu sucesso na implementação do Orçamento Participativo, conforme documentado em diversas fontes acadêmicas e relatórios institucionais sobre práticas de participação cidadã e governança democrática. A implementação do Orçamento Participativo em Ipatinga é mais recente, refletindo um esforço local para engajar a comunidade e melhorar a gestão pública. Detalhes sobre a divisão regional e temáticas podem ser encontrados em documentos da administração municipal e estudos locais sobre a aplicação do Orçamento Participativo.

Questões para discussão

As questões a seguir, foram elaboradas pelo autor do trabalho, com a finalidade de tentar entender ainda mais sobre como o Orçamento participativo teve influência em Ipatinga. O entrevistado, foi Márcio Alberto Martins, pai do autor, que esteve presente nas primeiras reuniões sobre a implementação do OP, na cidade de Ipatinga.

1. Qual o impacto do Orçamento Participativo na inclusão digital e na transparência administrativa? O Orçamento Participativo em Ipatinga promoveu a inclusão digital ao permitir que a população sugira e acompanhe projetos online, aumentando a transparência administrativa. O uso de plataformas digitais facilita o acesso das pessoas às informações sobre investimentos e permite um monitoramento mais direto e eficaz

das obras. Isso contribui para uma maior visibilidade dos processos orçamentários e encoraja um engajamento mais amplo e informado da comunidade.

2. Como o Orçamento Participativo pode ser adaptado para atender às necessidades específicas de cidades de diferentes tamanhos e contextos políticos? O OP pode ser adaptado por meio da flexibilização das regras e processos conforme o tamanho e o contexto político da cidade. Em grandes cidades como Porto Alegre, pode haver uma estrutura mais complexa com múltiplas regiões e setores, enquanto em cidades menores, como Ipatinga, o processo pode ser mais simplificado e centralizado. Adaptações podem incluir ajustes na quantidade de recursos delegados, na frequência das assembleias e no nível de detalhe das consultas, garantindo que o OP seja relevante e eficaz em diferentes contextos.
3. De que maneira a implementação do Orçamento Participativo nas escolas de Ipatinga contribui para a educação cívica e o engajamento dos alunos? A implementação do OP nas escolas de Ipatinga contribui para a educação cívica ao envolver alunos, pais e professores na tomada de decisões sobre o orçamento escolar. Esse processo promove a compreensão dos alunos sobre gestão pública, democracia e responsabilidade cívica. A participação ativa nas decisões orçamentárias fortalece o engajamento dos alunos na vida escolar e estimula um maior interesse em questões de governança e administração, além de capacitar a comunidade escolar para assumir um papel mais proativo na gestão educacional.
4. Quais são os principais desafios enfrentados na avaliação e monitoramento do Orçamento Participativo, e como podem ser superados? Os principais desafios na avaliação e monitoramento do OP incluem garantir que as decisões sejam efetivamente implementadas, assegurar a participação contínua e representativa da comunidade e lidar com possíveis falhas de comunicação e transparência. Para superar esses desafios, é crucial estabelecer mecanismos de acompanhamento claros, realizar auditorias regulares, promover feedback contínuo e utilizar tecnologias digitais para melhorar a transparência e a comunicação. Além disso, o treinamento e a capacitação dos envolvidos podem ajudar a melhorar a eficácia e a resiliência do processo participativo.

Conclusões Finais

O objetivo geral do trabalho, foi buscar entender e aprofundar sobre a política pública do OP. Dessa maneira, ficou claro como a população é importante na tomada das decisões da cidade, juntamente com excelentes resultados apresentados. O povo entende que é muito importante estar presente no dia a dia da prefeitura, pois assim, o município tende a melhorar, desde que os moradores sejam devidamente ouvidos e ajudados. O Orçamento Participativo (OP), iniciado em Porto Alegre, se expandiu por várias cidades brasileiras, promovendo maior participação cidadã na gestão de recursos públicos e fortalecendo a democracia local. Embora tenha gerado bons resultados em alguns lugares, como melhorias nas relações comunitárias e na governança, seus efeitos são variados e ainda carecem de avaliações mais aprofundadas, como destaca o estudo de Carolina Johnson (2017), que aponta tensões entre inovação e institucionalização. Em cidades como Ipatinga, o OP tem sido adaptado para contextos locais, com foco na inclusão digital. A utilização de plataformas online tem promovido maior transparência, permitindo que a população sugira e acompanhe obras de forma mais ativa. A implementação do OP nas escolas de Ipatinga, por exemplo, tem fortalecido a educação cívica, incentivando o engajamento dos alunos, pais e professores na tomada de decisões orçamentárias e promovendo uma maior responsabilidade pública. No entanto, o processo ainda enfrenta desafios, especialmente no que diz respeito à efetiva implementação das decisões e à garantia de participação contínua e representativa. A transparência e o uso de tecnologia são fundamentais para superar esses obstáculos, melhorando o monitoramento e a comunicação entre governo e comunidade. Em termos educacionais, o OP tem se mostrado eficaz na promoção da participação cidadã, no fortalecimento da autonomia das escolas e na melhoria da transparência nas decisões orçamentárias, contribuindo para uma gestão pública e educacional mais democrática e alinhada às necessidades da população. No entanto, a continuidade na avaliação e no aprimoramento do processo é essencial para garantir seu sucesso a longo prazo.

Fontes de dados e metodologias

O trabalho sobre o Orçamento Participativo utiliza diversas fontes de dados e metodologias para analisar a implementação e os impactos do programa. A seguir estão as principais fontes e metodologias descritas:

Fontes de Dados

1. **Literatura Acadêmica:** Estudos e publicações de autores como ABERS (2000), BAIOCCHI (2005), e AVRITZER (2002), que discutem o desenvolvimento e a evolução do Orçamento Participativo no Brasil. Johnson, C. (2017).
2. **Relatórios Municipais:** Documentos e relatórios das administrações municipais de Porto Alegre e Ipatinga, que detalham a implementação e os resultados do OP em cada cidade.
3. **Dados Estatísticos:** Informações sobre a alocação e o uso dos fundos do orçamento participativo, incluindo percentuais e investimentos em novos projetos.
4. **Observações Diretas:** Registros e descrições de assembleias, reuniões e processos participativos, fornecendo insights sobre a dinâmica e o funcionamento do OP.
5. **Websites e Plataformas Digitais:** Informações de plataformas digitais utilizadas em Ipatinga para a participação online, como o site do Orçamento Participativo.

Metodologias

1. **Análise Documental:** Revisão de documentos acadêmicos, relatórios e dados sobre a implementação do OP para entender seu impacto e evolução.
2. **Estudos de Caso:** Comparação entre as experiências de Porto Alegre e Ipatinga para identificar diferenças, semelhanças e melhores práticas no OP.
3. **Revisão de Experiências Digitais:** Avaliação das ferramentas digitais utilizadas para a participação online, focando na inclusão digital e na transparência.